

ESTIMULO À TRANSFORMAÇÃO DA

# EDUCAÇÃO

ATRAVÉS DA PESQUISA ACADÊMICA

# 2

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA  
(Organizador)

ESTIMULO À TRANSFORMAÇÃO DA

# EDUCAÇÃO

ATRAVÉS DA PESQUISA ACADÊMICA

# 2

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA  
(Organizador)

Atena  
Editora  
Ano 2021

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Estímulo à transformação da educação através da pesquisa acadêmica 2

**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Américo Junior Nunes da Silva

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E81 Estímulo à transformação da educação através da pesquisa acadêmica 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-562-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.621210110>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como importante medida para barrar o avanço do contágio, fez as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e repensarem estratégias que aproximassem a comunidade escolar. E é nesse momento histórico, o de assumir a virtualidade como uma dessas medidas, considerando-se as angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os/as autores/as deste livro intitulado **“Estimulo à transformação da Educação através da pesquisa acadêmica”** reúnem os resultados de suas pesquisas e experiências e problematizam sobre inúmeras questões que os/as [e nos] desafiam.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa *“Educação: desafios do nosso tempo”* no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, os diminutos recursos destinados, a ausência de políticas públicas, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancarou o quanto a Educação no Brasil ainda reproduz desigualdades.

Nesse ínterim, faz-se pertinente colocar no centro das discussões as diferentes questões educacionais, sobretudo aquelas que nascem das diversas problemáticas que circunscrevem o nosso cotidiano. O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os diversos capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno para o repensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que os inter cruzam.

Este livro reúne um conjunto de textos, originados de autores/as de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de Gestão e Políticas Educacionais, Processos de Letramento Acadêmico, Ensino de Ciências e Matemática, Metodologias Ativas, Educação à Distância, Tecnologias, Ludicidade, Educação Inclusiva, Deficiências etc. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos/as professores/as pesquisadores/as, como os/as que compõem esta obra.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo



de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

## SUMÁRIO


### **CAPÍTULO 1..... 1**

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O ESTADO DA ARTE DO PPGECIM/UFAL (2012 – 2020)

Gleber Glaucio do Nascimento Soares da Silva

Isabele Silva Nogueira

Alana Priscila Lima de Oliveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101101>

### **CAPÍTULO 2..... 12**

A REPRESENTAÇÃO DA DEFICIÊNCIA EM CLÁSSICOS DA LITERATURA BRASILEIRA

Marleno Chaves Menezes


Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101102>

### **CAPÍTULO 3..... 23**

“VAMOS LER!”: DIVERSÃO, CULTURA E POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO DOS ANOS DE 1930

Teresa Vitoria Fernandes Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101103>

### **CAPÍTULO 4..... 35**


CRATERAS DA LUA, COMO ELAS FORAM PARAR LÁ? EXPERIÊNCIA PARA COMPROVAR CONHECIMENTOS

Sandra Andréa Berro Maia

Alan Pedroso Leite

Andréa Magale Berro Vernier

Carlos Maximiliano Dutra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101104>

### **CAPÍTULO 5..... 42**

ANÁLISE DAS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS DURANTE A ESCOLARIZAÇÃO: AÇÕES PARA APOIAR A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Karina de Fátima Bimbatti

Fabiana Faleiros


Marlene Felomena Mariano do Amaral






Eduarda Mendes Frigel

Andréia Cangemi


Adriana Cordeiro Leandro da Silva Grillo

Karl Christoph Kappler

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101105>

<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>55</b>
PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NA ESCOLA: COMPROMISSO DE TODAS AS ÁREAS DE CONHECIMENTO	
Geanine Rambo	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101106">https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101106</a>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
ABRINDO PORTAS - INGLÊS PARA TODOS: ENSINO DE INGLÊS COMO FERRAMENTA DE EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO	
Nathan Antonio Guerreiro	
Leonardo Riquena Salandim	
María Eugenia Dajer	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101107">https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101107</a>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>74</b>
O CADERNO DA REALIDADE: ELEMENTO PEDAGÓGICO DA PESQUISA REALIZADA NA COMUNIDADE CAMPESINA	
Ozana Luzia Galvão Baldotto	
Ailton Pereira Morila	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101108">https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101108</a>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>85</b>
COMPOSIÇÃO CORPORAL E ESTILO DE VIDA DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO	
Ramila Beserra Marques	
Roberto Carlos Pereira dos Santos Junior	
Luiz Antonio Silva Figueiredo Filho	
Patrícia Uchôa Leitão Cabral	
Francilene Batista Madeira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101109">https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101109</a>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>101</b>
CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES ESTADUAIS PARA O ATENDIMENTO ESCOLAR DE ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	
Eliane Acosta dos Santos	
Silbene Santana de Oliveira	
Tânia Regina Maciel	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011010">https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011010</a>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>110</b>
MEMORIAL HORTA VERTICAL COM MATERIAIS REUTILIZÁVEIS	
João Alves dos Santos	
Raphael do Nascimento Gonçalves	
Emerson Machado da Costa Conceição	
Paula Simão Batich	
Luciane Midori Kadomoto Bezerra	

Keyla Consuelo de Oliveira Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011011>

**CAPÍTULO 12..... 116**

O USO DO FACEBOOK COMO PLATAFORMA DE ENSINO-APRENDIZAGEM PARA AULAS DE CIÊNCIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Alexandre La Luna

Viviani Aparecida da Silva Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011012>

**CAPÍTULO 13..... 123**

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E A LEGISLAÇÃO PERTINENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Jairo José de Souza

Eduardo Cardoso Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011013>

**CAPÍTULO 14..... 136**

A INSERÇÃO DE OFICINAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA-RS

Silvia Mossi Utzig

Eleonora Leguiçamo Centena Silva

Angela Maria Molinari de Souza

Elena Maria Billig Mello

Maristela Mello Rodrigues

Suelen de Prá Alves

Michele Borba Muller

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011014>

**CAPÍTULO 15..... 143**

A MEDIAÇÃO DO PEDAGOGO A PARTIR DOS RESULTADOS DO PAEBES NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I DE PRESIDENTE KENNEDY-ES

Mônica Cristina de Orequio

Jocitiel Dias da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011015>

**CAPÍTULO 16..... 156**

ANÁLISE DO PAINEL EDUCACIONAL REALIZADO PELO INEP EM 2017, NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ-MA

Miguel Angelo Ruschel Neto





Arthur Augusto Berlie Mendes

Edson Trajano Vieira

Endel Wesley da Silva Arrais

Thais dos Santos Duarte Arrais

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011016>

<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>165</b>
ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DAS TEMÁTICAS DE GÊNERO E DIVERSIDADE, NOS CURRÍCULOS EM TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO, PARA PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO CIDADÃ EM DIREITOS HUMANOS	
Thiago Luiz Sartori	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011017">https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011017</a>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>175</b>
CASOS PRÁTICOS NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: IDEAIS E DILEMAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
Magdalena Bas	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011018">https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011018</a>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>185</b>
ELABORAÇÃO DE MÓDULOS DIDÁTICOS PARA ENSINO DE INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	
Zacarias Caetano Vieira	
Sheilla Costa dos Santos	
Carlos Gomes da Silva Júnior	
Alyne de Oliveira Brasil	
Adriano Augusto Linhares de Souza	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011019">https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011019</a>	
<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>202</b>
MAPEAMENTO DA TEORIA DA GERAÇÃO Y NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL: ANÁLISE SISTEMÁTICA DOS TRABALHOS PUBLICADOS ENTRE 2005-2014	
Raphael Germini Pereira	
Nicássia Feliciano Novôa	
Helder Antônio da Silva	
José Carlos de Cnop Siqueira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011020">https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011020</a>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>223</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>224</b>

# CAPÍTULO 10

## CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES ESTADUAIS PARA O ATENDIMENTO ESCOLAR DE ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

*Data de aceite: 21/09/2021*

*Data de submissão: 06/07/2021*

### **Eliane Acosta dos Santos**

Secretaria de Estado de Segurança Pública  
Cuiabá-MT  
<http://lattes.cnpq.br/4817092551139155>

### **Silbene Santana de Oliveira**

Secretaria de Estado de Segurança Pública  
Cuiabá-MT  
<http://lattes.cnpq.br/0113523686955448>

### **Tânia Regina Maciel**

Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso  
Cuiabá-MT  
<http://lattes.cnpq.br/3322589640989710>

**RESUMO:** A Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso (SEDUC), no ano de 2017, publicou a Portaria nº 444/2017/GS/SEDUC/MT, de 01 de novembro de 2017, substituída pela Portaria nº 679/2018/GS/SEDUC/MT - publicada no DOE em 09/11/2018, instituindo a comissão interinstitucional responsável pela formulação da Política de Educação para o Sistema Socioeducativo do estado. Por sua vez, a comissão instituiu um Grupo de Trabalho (GT) composto por profissionais da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), da então extinta Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, dos Conselhos Regionais de Psicologia e do Serviço Social, Conselho Estadual de

Educação, Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social e da Universidade do Estado de Mato Grosso. O trabalho do GT iniciou com levantamento de dados nos sistemas de informação das medidas socioeducativas a fim de identificar as características do público atendido nas medidas de liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade e de internação referentes ao ano de 2017. A construção dessa política revela o entendimento do princípio da incompletude institucional e da intersetorialidade por parte dos atores envolvidos e só foi possível devido ao trabalho em equipe desses atores. Criar um calendário de reuniões, realizar estudos e pesquisas, dedicar-se até mesmo em feriados e finais de semana para entregar o produto final, sem dúvida, fortalece a noção de que a atuação em rede requer trabalho coletivo e que, quando isso é internalizado, o resultado é visível e o público atendido tem seus direitos assegurados também no âmbito da formulação de políticas públicas.

**PALAVRAS - CHAVE:** Política de Educação, Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, trabalho em equipe.

### CONSTRUCTION OF STATE GUIDELINES FOR SCHOOL SERVICE FOR ADOLESCENTS AND YOUNG PEOPLE IN COMPLIANCE WITH SOCIO-EDUCATIONAL MEASURE

**ABSTRACT:** The Department of Education of the State of Mato Grosso (SEDUC), in 2017, published Ordinance n. 444/2017/GS/SEDUC/MT, of November 1, 2017, replaced by Ordinance n. 679/2018/GS/SEDUC /MT - published in the



DOE on 11/09/2018, establishing the interinstitutional commission responsible for formulating the Education Policy for the State's Socio-Educational System. In turn, the commission established a Working Group (WG) composed of professionals from the State Department of Education (SEDUC), the then extinct Department of Justice and Human Rights, the Regional Councils of Psychology and Social Service, State Council of Education, Secretary of State for Labor and Social Assistance and the University of the State of Mato Grosso. The work of the WG began with data collection in the information systems of socio-educational measures in order to identify the characteristics of the public served in the measures of assisted freedom, provision of services to the community and hospitalization for the year 2017. The construction of this politics reveals the understanding of the principle of institutional incompleteness and intersectoriality by the actors involved was only possible due to the teamwork of these actors. Creating a calendar of meetings, conducting studies and research, even dedicating oneself to holidays and weekends to deliver the final product, undoubtedly strengthens the notion that networking requires collective work and that, when this is internalized, the result is visible and the public served has their rights guaranteed also in the context of the formulation of public politics.

**KEYWORDS:** Education Politics, Adolescent in compliance with socio-educational measure, team work.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo compartilhar o processo de construção da política de educação destinada aos adolescentes e jovens que cumprem medida socioeducativa no estado de Mato Grosso. Compartilha-se aqui não apenas o resultado do trabalho, mas também o processo de construção que foi marcado por comprometimento dos atores envolvidos e louvável trabalho em equipe.

No ano de 2017, a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, visando a atender as demandas sociojurídicas, ou seja, apontamentos realizados pela Comissão Intersetorial de Atendimento Socioeducativo, representada pelos membros dos órgãos de defesa e controle social, por meio de seu Núcleo Gestor Estadual, instituído pela Portaria nº55/2015/SEJUDH, instituiu uma Comissão interinstitucional por meio da Portaria nº 444/2017/GS/SEDUC/MT, de 01 de novembro de 2017, substituída pela Portaria nº 679/2018/GS/SEDUC/MT - publicada no DOE em 09/11/2018, envolvendo várias instituições do Sistema de Garantia de Direitos, cujo principal objetivo foi garantir a regulamentação da vida escolar dos estudantes que passam pelo Sistema Socioeducativo.

A partir dos problemas levantados, foi de fundamental importância formular as diretrizes educacionais específicas que viessem a atender aos dispositivos normatizados pelo Conselho Nacional de Educação. O ponto de partida da construção das diretrizes foi o Projeto Educar, que continha a proposta dos profissionais de Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação para o sistema socioeducativo elaborado em 2010/11.

Há que observar que o trabalho anterior dos educadores comprometidos com

a melhoria da qualidade do processo educativo destinado aos adolescentes e jovens que cumprem medida socioeducativa foi contemplado e valorizado pela Comissão Interinstitucional, o qual o Grupo de Trabalho transformou uma parte do Projeto Educar como processo histórico da educação para o Sistema Socioeducativo de Mato Grosso.

Dessa forma, para atingir a finalidade requerida à Comissão, o documento contendo as “Diretrizes Estaduais para o Atendimento Escolar de Adolescentes e Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas” foi estruturado da seguinte forma: introdução, marco situacional da educação no atendimento socioeducativo de Mato Grosso; marcos legais e normativos; marcos conceituais; proposta pedagógica da educação para o sistema socioeducativo de Mato Grosso; suporte institucional para a educação de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; e, diretrizes para a educação de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Nas considerações finais foram elencadas recomendações consideradas pertinentes para que as diretrizes possam ser implantadas e, de fato, implementadas visando à melhoria da qualidade da educação destinada aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em todo o território de Mato Grosso.

O Grupo de Trabalho responsável contou com a efetiva participação de profissionais do Sistema Socioeducativo da medida privativa de liberdade, com variados perfis, como de Psicologia e Serviço Social, que, na ocasião, representavam também os respectivos Conselhos de Classe, com profissionais da Educação vinculados à Secretaria Estadual de Educação e também da Universidade Estadual. O alinhamento conceitual desses profissionais aliado ao comprometimento e à verdadeira vocação para o trabalho com adolescentes privados de liberdade contribuiu para o alcance do resultado apresentado.

Cumprir ressaltar que o resultado do trabalho foi apresentado no II Simpósio Nacional em Socioeducação, realizado em Brasília/DF, no ano de 2019, na linha temática “Atuação em rede e trabalho em equipe”, na modalidade “Como eu faço”, demonstrando sua relevância para as discussões sobre a educação no Sistema Socioeducativo brasileiro.

## **2 | METODOLOGIA**

O início da construção das Diretrizes Estaduais para o Atendimento Escolar de Adolescentes e Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas se deu pela instituição de uma comissão via ato administrativo, qual seja, Portaria. A SEDUC convidou a todos os membros da Comissão Intersetorial do Sistema Socioeducativo Estadual para enviar seus representantes visando à composição da Comissão Interinstitucional para elaborar uma proposta que viesse a regulamentar a vida escolar dos estudantes que passam pelo Sistema Socioeducativo de Mato Grosso.

De posse dos nomes dos representantes institucionais, a Portaria nº 447/2017/GS/ SEDUC/MT foi publicada, definindo também a presidente da Comissão, servidora efetiva da

SEDUC com vasto conhecimento de Educação Básica voltado ao atendimento escolar para o sistema socioeducativo. Assim, instituída a Comissão, para a elaboração das diretrizes foram realizadas 18 (dezoito) reuniões ordinárias com a Comissão Geral e 07 (sete) reuniões extraordinárias com o Grupo de Trabalho (GT) responsável para sistematizar e finalizar o documento dentro da data estabelecida, sendo necessário solicitar prorrogação de prazo, o que levou ao trabalho coletivo tanto dentro do horário de expediente normal dos servidores como também aos finais de semana e feriados.

O Grupo de Trabalho responsável contou com a efetiva participação de profissionais do Sistema Socioeducativo da medida privativa de liberdade, abrangendo os perfis de Psicologia e Serviço Social, que, na ocasião, representavam também os respectivos Conselhos de Classe, como profissionais da Secretaria Estadual de Educação, especialmente assessores técnico-pedagógicos, professores e gestor escolar, bem como professor (a) da Universidade Estadual.

Para que o GT de sistematização cumprisse com o novo prazo estabelecido, os membros da Comissão foram divididos da seguinte forma: a) Especificidade do Sistema Socioeducativo, sob responsabilidade dos profissionais do Sistema Socioeducativo e dos Conselhos de Classe do Serviço Social e Psicologia; b) Especificidade do Currículo da Educação Básica sob responsabilidade dos profissionais da Educação Básica/SEDUC e UNEMAT.

Foram consultados artigos e livros sobre socioeducação e educação básica, cujo foco deveria ser o pleno atendimento escolar voltado ao sistema socioeducativo a fim de proporcionar alinhamento teórico e conceitual na formulação das diretrizes.

As fontes de dados foram os relatórios gerados pelo Sistema de Vigilância Socioassistencial vinculado à Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social, que se referem às medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.

No tocante à medida socioeducativa de internação, os dados foram obtidos por meio do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência/Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SIPIA/SINASE). Um ponto fundamental que a ser ressaltado, se refere a medida de semiliberdade, e que nesse momento não foi objeto de sistematização de dados do público atendido porque ainda não está implantada no estado de Mato Grosso.

Para tanto, foram estudados e considerados os marcos legais e normativos vigentes tanto para a execução da política de educação como de socioeducação no Brasil e no estado de Mato Grosso, além da consulta à documentos visando à construção do histórico e marco situacional da educação no sistema socioeducativo estadual.

Partindo do Projeto Educar, que continha a proposta de escolarização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, foram feitos estudos e discussões sobre sua ampliação e reformulação. No processo de levantamento de problemas e possibilidades de resolução, os órgãos que fazem parte do Sistema de

Garantias de Direitos mais envolvidos foram Ministério Público, Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (que foi extinta e cujas competências foram agregadas à Secretaria de Estado de Segurança Pública), Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social, Universidade do Estado de Mato Grosso, Conselho Estadual de Educação, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cuiabá, Conselho Regional de Psicologia e Conselho Regional de Serviço Social.

Após a sistematização, o documento foi apresentado e aprovado pela Comissão instituída pela Portaria nº 444/2017/GS/SEDUC/MT. Em seguida, foi remetido para Consulta Pública junto às escolas estaduais que atendem nas salas anexas dentro dos Centros de Atendimento Socioeducativo (CASEs), com cópia às Assessorias Pedagógicas. Dos cinco municípios onde há CASEs, apenas um deu retorno, cujas contribuições foram acatadas pelo GT de sistematização.

Ato contínuo, o documento contendo as Diretrizes Estaduais para o Atendimento Escolar de Adolescentes e Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas, foi apresentado ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/MT), sendo aprovado pelo pleno em que resultou na Resolução nº 0217/2019.

Em julho de 2019, o documento foi apresentado no Conselho Estadual de Educação, sendo aprovado pelo pleno em que resultou na instituição da Comissão Especial, conforme Portaria nº 001/2020/GAB/CEE-MT, para apresentação da Resolução Normativa para o Atendimento Escolar voltado aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas.

Em seguida, as Diretrizes foram apresentadas aos membros da Comissão Intersetorial do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo de Mato Grosso (SINASE), com a presença dos gestores do Sistema Socioeducativo Estadual e da Secretaria de Educação do Estado, bem como os demais membros da Comissão Intersetorial como Defensoria Pública, Ministério Público, OAB-MT e outros representantes do Sistema de Garantia de Direitos, sendo, na ocasião, definido sobre as tratativas da Portaria Conjunta SEDUC e SESP a fim de garantir as condições para que as diretrizes sejam colocadas em prática.

Outro ponto não menos importante a ser mencionado é que na apresentação junto à Comissão Intersetorial do Sistema de Atendimento Socioeducativo, foi informado aos membros presentes que, a implantação e implementação das diretrizes já se encontrava em andamento, inclusive que em 2020, a sala anexa da Escola Estadual Ana Maria das Graças de Souza Noronha, do CASE do município de Cáceres, havia sido vinculada à Escola Estadual Meninos do Futuro, sendo aprovado pela então Secretária de Educação do Estado e que as salas anexas de Rondonópolis, Lucas do Rio Verde, Barra do Garças e Sinop passariam a ser vinculadas a partir de 2021.

Embora o principal objetivo da Comissão interinstitucional fosse apresentar a proposta de regulamentação da vida e histórico escolar dos estudantes em cumprimento de medida socioeducativa, o GT entendeu que seria viável também a apresentação de uma

minuta de Portaria Conjunta para ser pactuada entre os gestores do Sistema Socioeducativo Estadual e do Sistema Educacional Estadual, para que cada ator identificasse quais competências cabe a cada instituição no desenvolvimento do processo de escolarização dos adolescentes privados de liberdade.

Os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade, liberdade assistida e/ou prestação de serviços à comunidade têm suas especificidades escolares contempladas na proposta educacional em vigor no estado de Mato Grosso, por isso, não foram feitas sugestões de pactuação entre gestores para o atendimento desses estudantes.

### **3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O trabalho da Comissão Interinstitucional teve seu objetivo alcançado com a construção das diretrizes estaduais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Após as diversas reuniões, estudos, pesquisas e consolidação do arcabouço teórico obtido, as diretrizes trazem em seu bojo dados referentes ao marco situacional da educação no sistema socioeducativo em que foram desenvolvidos tópicos relativos ao histórico do sistema socioeducativo e do atendimento educacional de Mato Grosso; a situação do atendimento das medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade e da educação em Mato Grosso; a situação do atendimento escolar da medida socioeducativa de internação em Mato Grosso; e o funcionamento da Escola Estadual Meninos do Futuro, responsável pela escolarização de adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de internação na capital do estado – Cuiabá - bem como das salas anexas de Escolas estaduais que funcionam nos Centros de Atendimento Socioeducativo nos municípios de Barra do Garças, Cáceres, Lucas do Rio Verde, Rondonópolis e Sinop.

Nos marcos legais e normativos considerou-se as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Menores Privados de Liberdade; a Constituição Federal; o Estatuto da Criança e do Adolescente; as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a política social que se constitui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; a Lei Federal nº 12.594/2012, conhecida como “Lei do SINASE”; as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos; as Diretrizes Nacionais para o Atendimento Escolar de Adolescentes e Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas; e a Organização Curricular para a Educação Básica.

Nos marcos conceituais foram descritas as medidas socioeducativas constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente apontando para a garantia do direito à educação; as concepções de educação adotadas nas diretrizes para o sistema socioeducativo, incluindo educação social, socioeducação e educação integral, educação profissional, e educação especial e inclusiva a fim de proporcionar alinhamento conceitual.

Na proposta pedagógica da educação no sistema socioeducativo de Mato Grosso

constam a proposta político-pedagógica para o ensino fundamental, a proposta político-pedagógica para o ensino médio, a organização curricular do ensino fundamental e médio para a educação nos CASEs do estado; a concepção metodológica contendo a metodologia mediante projetos e a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA); e a avaliação da aprendizagem do estudante. No eixo suporte institucional e pedagógicos foram indicados os parâmetros para a gestão escolar, os recursos humanos, o perfil profissional e a formação inicial e continuada para os atores do sistema socioeducativo.

No eixo destinado ao detalhamento das diretrizes para a educação no sistema socioeducativo foram apresentadas diretrizes que tratam da educação social, da educação integral, da educação inclusiva, da presença educativa, da construção do conhecimento, do método diferenciado de trabalho, da formação humana integral e autônoma, da disciplina educacional, do projeto político pedagógico, da participação familiar e comunitária, da educação profissional, da elaboração do PIA, do adolescente como sujeito de direitos, do trabalho em rede, da atuação em equipe multidisciplinar, da organização curricular, do perfil profissional do educador, da formação inicial e continuada, do suporte institucional e da avaliação e monitoramento.

Nas considerações finais foram feitas diversas recomendações para a efetivação das diretrizes construídas, dentre elas a instituição da Escola Estadual Meninos do Futuro como referência no âmbito da SEDUC para que as salas anexas dos CASEs do interior fiquem vinculadas a uma única unidade escolar; assim como a criação do Núcleo de Monitoramento e Avaliação da Educação para o Sistema Socioeducativo a fim de acompanhar tanto a implantação como avaliar e monitorar a execução das diretrizes educacionais no âmbito do sistema socioeducativo.

E quando se trata de Educação Básica, um direito do estudante e dever do Estado ofertar, faz-se necessário que todos os atores do Sistema de Garantias de Direitos, assegurem em seus Planos Plurianual (PPA) e Trabalho Anual (PTA), a previsão orçamentária para a consecução das ações que colaborem para o cumprimento das diretrizes para o atendimento escolar no sistema socioeducativo; a articulação interinstitucional para publicação de lei de vagas de estágio para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso; a garantia de formação inicial e continuada integrada de operadores do SINASE em matéria de Socioeducação e Educação em Direitos Humanos; e a publicação de normativas especificando as responsabilidades (diretas e indiretas) dos órgãos de execução de medidas socioeducativas para a garantia de acesso, de permanência e da qualidade da educação ofertada bem como o estabelecimento de fluxos intersetoriais para a garantia do ensino-aprendizagem nas medidas socioeducativas de semiliberdade, liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade e internação.

E nessa perspectiva é importante ressaltar ainda que, o processo de construção das diretrizes foi amplamente discutido com os atores envolvidos e reflete o entendimento que os profissionais e gestores possuem de que a educação é o principal e mais acessível meio



de transformação da trajetória de vida por parte de adolescentes que cumprem medida socioeducativa.

## 4 | CONCLUSÕES

O processo de construção das diretrizes estaduais para a educação de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas reflete a importância do princípio da incompletude institucional e da intersetorialidade nos quais cada instituição deve assumir, com comprometimento, o desempenho de suas competências para a garantia integral dos direitos de adolescentes que cumprem medida socioeducativa.

Considerando o contexto social e histórico no qual as diretrizes foram construídas, pode-se inferir que a transformação de realidade social dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa perpassa o desenvolvimento de um trabalho em equipe e em rede, em que demanda esforço profissional e pessoal a fim de se atingir o objetivo proposto. Quando existe entendimento do papel social de cada gestor, cada servidor, compreendendo que dentro de suas funções, cada um representa o Estado, instituição máxima depois da família responsável pela transformação do sujeito de direitos, assim como, das concepções, teorias e das normativas que regulamentam a execução da política de socioeducação e educação básica, ou seja, o resultado do trabalho ganha forma e se concretiza na formulação de diretrizes, padronizações, políticas que vão favorecer, no âmbito da gestão governamental, a supremacia dos interesses dos adolescentes, vistos como sujeitos de direitos e em fase peculiar de desenvolvimento.

Nesse sentido, considera-se muito importante o envolvimento de diversas instituições no processo de construção da política educacional para o sistema socioeducativo e no processo de sensibilização e mobilização dos atores institucionais para que as diretrizes educacionais não fiquem apenas no campo teórico, mas que sejam colocadas em prática, testadas, avaliadas e reformuladas conforme as necessidades que o público-alvo vier a apresentar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. (2006). Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo– SINASE/Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília – DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - Lei Federal 12.595/2012 – SINASE**. Brasília, 2012.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos** - Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas**. Resolução nº 3/2016 - Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica - Brasília-DF: CNE/CEB, 16 de maio de 2016.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

ONU. **Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade**. Organização das Nações Unidas (ONU), 14 de dezembro de 1990;

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Orientações Curriculares para a Educação Básica do Estado de Mato Grosso**. Ano 2010.

SECRETARIA DE ESTADO, ESPORTE E LAZER DO ESTADO DE MATO GROSSO - **Projeto Educar: Proposta Para Estruturação e Concretização de uma Prática Pedagógica nas Unidades Socioeducativas**, Cuiabá, 2011.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adolescentes 4, 71, 72, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 136, 159, 167

Antropometria 86, 87, 99

Aprendizagem 3, 5, 9, 12, 36, 38, 48, 52, 56, 57, 63, 66, 68, 73, 76, 80, 81, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 127, 130, 131, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 154, 163, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 199

Aprendizagem Significativa 112, 137, 141, 142, 175, 176, 179, 180, 181

Áreas de Conhecimento 2, 7, 55, 56, 57, 59, 61, 65, 69

Astronomia 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 141

Avaliação externa 143

### C

Casos práticos 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182

Custo 87, 185, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

### D

Deficiência 12, 13, 14, 16, 17, 18, 21, 22, 43, 44, 51, 52, 53, 54, 68, 70, 110, 123, 124, 127, 128, 134, 135

Detalhes de ligação 185

Diário de Leitura 55

Direito à educação 106, 131, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 173, 174

Direito Internacional Público 170, 175, 176, 177, 179, 180, 181

Direitos Humanos 53, 101, 105, 106, 107, 108, 109, 130, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

Diversidade 7, 10, 31, 32, 51, 52, 53, 134, 165, 167, 171, 172, 173, 174

### E

Ecoeficiência 110, 111, 113, 114

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 22, 25, 27, 29, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 50, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 64, 65, 66, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 82, 83, 84, 88, 96, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 116, 117, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 185, 186, 223

Educação de Jovens de Adultos 1, 10

Educação do Campo 74, 75, 76, 82, 83, 84, 134

Educação Infantil 7, 35, 36, 37, 40, 42, 43, 44, 51, 53, 54, 78, 142, 154, 168

Elemento Pedagógico 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82

Empreendedorismo 111, 113

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 40, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 107, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 186, 199, 201, 223

Ensino de ciências 116

Ensino universitário 175

Estado de Arte 1

Extensão 67, 68, 69, 72, 223

## H

Horta 110, 111, 112, 113, 114, 138, 141

## I

Inclusão 10, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 88, 110, 111, 113, 123, 124, 127, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 167, 171, 179

Inclusão Educacional 43

Inclusão escolar 42, 53, 54, 123, 127

INEP 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164

Inglês 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73

Inovadora 35, 37, 38, 40

Isométricos 185, 187

## L

Legislação 10, 123, 124, 127, 128, 131, 135

Literatura 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 27, 31, 36, 54, 55, 59, 129, 189

Ludicidade 35, 223

## M

Mediador 12, 22, 62, 63, 143, 144, 146, 147, 149, 151, 154

Medida Socioeducativa 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108

Ministério Público 105, 165, 166, 173

## **N**

Necessidades educacionais 42, 43, 50, 54, 123, 124, 127, 128, 129, 131, 132, 133

Necessidades Educacionais Específicas 123, 124, 127, 128, 129, 131, 132, 133

## **O**

Oficinas Pedagógicas 136, 137, 138, 140, 141, 142

## **P**

Paebes 143, 144, 145, 146, 152, 153, 154

Painel Educacional 156, 157, 160, 162

Pasta da Realidade 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81

Pedagogo 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 154

Pesquisa 1, 2, 5, 7, 9, 10, 21, 24, 36, 44, 51, 54, 59, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 87, 88, 89, 98, 99, 110, 113, 128, 129, 130, 132, 143, 144, 145, 146, 155, 156, 157, 162, 163, 164, 172, 176, 177, 181, 182, 183, 187, 201, 223

Política de Educação 101, 102, 104

Prática de Leitura 55

Prática Educativa 59, 65, 116, 135, 145

Professor 12, 16, 22, 36, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 104, 116, 118, 123, 127, 130, 132, 133, 135, 137, 140, 141, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 155, 160, 163, 165, 171, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 223

Promoção da saúde 85, 87, 99

Proposta Pedagógica 74, 80, 82, 103, 106

## **R**

Rede social 116, 121

Representação 6, 12, 13, 14, 22, 25, 29, 87, 199

## **S**

Sustentabilidade 110, 112, 113, 171

## **T**

Tecnologias na educação 116

Trabalho em equipe 72, 101, 102, 103, 108, 110, 138, 140, 149

Tubos e conexões 185

Turno Integral 136

## V

Voluntariado 67



ESTIMULO À TRANSFORMAÇÃO DA

# EDUCAÇÃO

ATRAVÉS DA PESQUISA ACADÊMICA

# 2



[www.arenaeditora.com.br](http://www.arenaeditora.com.br)



[contato@arenaeditora.com.br](mailto:contato@arenaeditora.com.br)



[@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)



[www.facebook.com/arenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/arenaeditora.com.br)

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

ESTIMULO À TRANSFORMAÇÃO DA

# EDUCAÇÃO

ATRAVÉS DA PESQUISA ACADÊMICA

# 2



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

Atena  
Editora

Ano 2021